



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Evangélicos escolhem novo líder

FOTOMONTAGEM/DIVULGAÇÃO/JC



A escolha do novo líder da bancada evangélica da Câmara dos Deputados, que sempre foi por consenso, está provocando divisões. A disputa é entre os deputados Otoni de Paula (MDB-RJ, à esq. na foto), aliado do governo Lula, e Gilberto Nascimento (PSD-SP, à dir. na foto), vinculado ao bolsonarismo, que pode levar a escolha para votação.

### Dois candidatos da Assembleia de Deus

A escolha do nome para presidir a Frente Parlamentar Evangélica acontece a cada dois anos. Hoje, os dois candidatos são membros da Assembleia de Deus. O grupo escolhe seu líder, que vai comandar a chamada Bancada Evangélica, tradicionalmente na primeira semana de fevereiro. No entanto, a expectativa é antecipar a decisão para o dia 11 de dezembro, durante o culto da Santa Ceia.

### Sem consenso vai para o voto

Até hoje a Bancada Evangélica nunca havia colocado a escolha do presidente em votação, sempre buscando consenso. Em 2023, Otoni retirou a sua candidatura em um acordo de presidência alternada, que foi estabelecido entre Eli Borges (PL-TO) e Silas Câmara (Republicanos-AM).

### Nos bastidores, outro nome

Além de Otoni e Gilberto, chegou a ser cogitado o nome do Pastor Diniz (União-RR), da Igreja Batista. O impeditivo, na visão dos evangélicos, foi seu pouco tempo no Parlamento.

### Ampliação dos espaços

O pastor Peniel Pacheco, ex-deputado, professor de Teologia, disse ao **Repórter Brasília** que “normalmente as frentes Parlamentares têm como objetivo central a busca pela ampliação dos espaços de articulação em favor das propostas apresentadas pelos respectivos segmentos por elas representados”.

### Ampliar o diálogo

Segundo o professor, “é natural, portanto, que no lugar de transformar o colegiado em uma trincheira para acirrar a luta política, considere-se a necessidade de ampliar o diálogo, o máximo possível, com todas as esferas de poder, incluindo o Executivo federal. Com base nesse raciocínio, seria de bom alvitre que a Bancada Evangélica fosse liderada por alguém cujo perfil seja mais voltado para o diálogo construtivo, visando a adoção de ações estratégicas em prol do atendimento das legítimas demandas construídas junto ao segmento evangélico”.

# STF libera pagamento de emendas, mas impõe regras

Será obrigatória adoção de normas para rastrear origem e destino

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem a decisão de Flávio Dino, que autorizou a retomada do pagamento das emendas parlamentares - processo suspenso desde agosto deste ano por falta de transparência na autoria e na destinação dos recursos feita por deputados e senadores.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, incluiu o caso na pauta de julgamentos do plenário virtual. A sessão extraordinária teve início às 18h e em 1 hora 40 minutos alcançou a maioria dos votos com Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Barroso seguindo o parecer de Dino.

O ministro, relator do caso, impôs aos parlamentares uma série de exigências para a liberação de cada tipo de emenda, sendo obrigatória a adoção de regras que permitam a rastreabilidade da origem e do destino dos recursos públicos.

O despacho do ministro contém diversas críticas ao modelo de emendas adotado no Brasil. Segundo ele, existem países presidencialistas, parlamentaristas, semipresidencialistas “e o Brasil, com um sistema de governo absolutamente singular no concerto das Nações”.

Dino ainda observou que “é precoce afirmar” que houve cri-



ROSINEI COUTINHO/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Dino criticou uso indiscriminado dos recursos parlamentares

mes na distribuição e na execução sem critérios das emendas, mas que “é de clareza solar que jamais houve tamanho desarranjo institucional com tanto dinheiro público, em tão poucos anos”. Entre 2019 e 2024, foram gastos R\$ 186,3 bilhões com emendas parlamentares.

O desbloqueio das emendas se dá num contexto de discussão do pacote de corte de gastos apresentado na semana passada pelo governo federal. As propostas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, serão submetidas à análise do Congresso, que impôs a liberação das emendas parlamentares como condição para votar as medidas apresentadas.

Dino, por sua vez, destacou o uso indiscriminado das emen-

das parlamentares com montantes de recursos públicos cada vez maiores. O ministro escreveu na decisão que, “certamente, nenhuma despesa no Brasil teve similar trajetória em desfavor da responsabilidade fiscal”. O magistrado ainda apontou que existe apenas um Orçamento Público da União e que emendas parlamentares devem estar submetidas às mesmas regras e restrições impostas às programações discricionárias do governo.

O projeto das emendas parlamentares aprovado pela Câmara no início do mês passado não cumpre os requisitos de transparência exigidos pelo ministro do STF e ainda garante R\$ 50,5 bilhões em recursos nas mãos dos parlamentares no Orçamento de 2025.

## Governo deve recorrer em aceno a congressistas

Em um aceno ao Congresso Nacional, a Advocacia-Geral da União (AGU) deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir explicações sobre a decisão do ministro Flávio Dino que liberou o pagamento das emendas parlamentares e impôs novas regras.

O assunto foi tratado na segunda-feira em reunião entre o presidente Lula (PT) e os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil), além dos três líderes do governo.

Segundo relatos, o presidente foi avisado que a decisão de Dino caiu como um balde de água fria no Congresso e conflou um clima de retaliação.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, participou de uma parte do encontro.

A AGU pode inclusive pedir para que o ministro do Supremo reconsidere alguns pontos da decisão de segunda - o que abriria caminho para um meio termo entre as novas exigências e a lei recém-sancionada.

Para aplinar os ânimos, um emissário palaciano também informou aos parlamentares que o governo trabalha para liberar de R\$ 7,8 bilhões em emendas, dos quais cerca R\$ 3,2 bilhões em emendas Pix.

O governo federal tenta administrar a crise diante da ameaça do Congresso de barrar o pacote de gastos anunciado pelo

Ministério da Fazenda, se o dinheiro bloqueado pelo Supremo não for liberado.

Parlamentares reclamam, por exemplo, das mudanças feitas por Dino nas emendas Pix (um tipo de emenda individual que caía direto no caixa das prefeituras sem qualquer indicação de como o dinheiro deveria ser usado) e nas emendas de saúde.

No caso das emendas Pix já indicadas, o ministro cobrou a apresentação de um plano de trabalho sobre o uso do dinheiro em até 60 dias.

Já as emendas de saúde devem ser indicadas, pela decisão, com aprovação prévia nas comissões bipartite e tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade